



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 18/2022**

Período: 28/05/2022 - 03/06/2022

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Volkswagen é acusada na Justiça por trabalho escravo durante a ditadura
- 2- Estudo apontou que presença militar em cargos civis do governo federal triplicou desde 2013

1- Volkswagen é acusada na Justiça por trabalho escravo durante a ditadura

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o grupo empresarial alemão Volkswagen enfrenta novas acusações relacionadas à ditadura militar no Brasil (1964-1985), desta vez por práticas de trabalho escravo entre 1974 e 1986. A informação foi divulgada por diversos veículos de mídia alemães no dia 29/05/22, segundo os quais as denúncias examinadas pela Justiça brasileira alegam que a empresa implementou "práticas análogas à escravidão" e "tráfico de pessoas", além de acusar o grupo de cumplicidade a "violações sistemáticas de direitos humanos". Tais violações teriam ocorrido durante a construção de um sítio agrícola para o comércio de carnes, localizado às margens do rio Amazonas, denominado "Companhia Vale do Rio Cristalino". Os jornais afirmaram que a imprensa alemã, ao consultar depoimentos e relatórios policiais, constatou que os trabalhadores contratados para desmatar cerca de 70 mil hectares de terra eram maltratados por intermediários e guardas armados. Nos depoimentos constam relatos de maus tratos a trabalhadores que tentaram fugir, desaparecimentos suspeitos, emprego de estupro como punição e mortes decorridas de agressões. O procurador responsável pela investigação, Rafael Garcia, disse à imprensa alemã que as práticas da empresa "eram uma forma de escravidão moderna" e afirmou que a Volkswagen "não só manifestamente aceitou essa forma de escravidão, como a encorajou, pois era mão de obra barata". A reportagem de *O Estado* destacou que a empresa já havia enfrentado a Justiça brasileira por ações no período ditatorial em decorrência de sua colaboração, confirmada por um relatório independente solicitado pela própria Volkswagen em 2016, com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo e com o Destacamento de Operações de Informações (DOI), do 2º Exército. Em 2020, o grupo concordou em pagar R\$ 36 milhões de indenização a famílias de ex-funcionários torturados ou mortos durante a ditadura. Os ex-funcionários e suas famílias disseram que o serviço de segurança da empresa no Brasil colaborou com os militares para identificar possíveis suspeitos, que foram detidos e torturados. O periódico afirmou que este episódio foi a primeira vez que uma empresa alemã aceitou ser

responsabilizada por violações de direitos humanos após o fim do regime nazista. (Folha de S. Paulo - Economia - 30/05/22; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 30/05/22)

## 2- Estudo apontou que presença militar em cargos civis do governo federal triplicou desde 2013

Os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* reportaram que, segundo uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve um aumento de 193% na presença de militares em postos governamentais entre 2013 e 2021. Em 2013, 370 posições eram ocupadas por representantes das Forças Armadas, frente a 1.085 cargos públicos em 2021, número três vezes maior. Os periódicos destacaram que esse aumento aconteceu, em grande parte, na gestão do presidente da República Jair Bolsonaro, que vem ampliando o espaço das Forças Armadas dentro do Executivo. O estudo também apontou que a lógica da ocupação se alterou, de modo que a presença militar passou a se concentrar em cargos mais altos e em ministérios que o governo considera estratégicos. De acordo com a pesquisa do Ipea, os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) apresentam a maior ocupação de militares, sendo que esses postos gozam de prestígio e poder administrativo dentro do aparato governamental. Segundo os dados, 381 militares ocupavam esses cargos em 2018; já em 2021 esse número saltou para 742. Em 2013, o Ministério da Economia tinha um militar, mas em 2021 eram 84 em postos DAS e FCPE, representando um aumento percentual de 8.000%. No Ministério do Meio Ambiente também só havia um militar em 2013, enquanto que 21 militares o ocupavam em 2021. No Ministério da Saúde, marcado pela passagem do general Eduardo Pazuello, a variação nesse mesmo período foi de 7 militares para 40. Já na Educação houve uma alta de 650% nas funções comissionadas para militares, com um aumento de 2 para 15 postos. Segundo o *Estado*, para o professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) Piero Leirner, os militares no governo promovem um aparelhamento do Estado, especialmente com Bolsonaro. Para ele, há uma inegável relação entre o aumento da atuação dos militares e os resultados obtidos pela atual gestão, notando que os maiores crescimentos de participação militar ocorreram em ministérios que sofrem fortes críticas. (*Correio Braziliense* - Política - 01/06/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 01/06/22)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima